

ACTA n.º 66

**ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA
7 Julho de 2011**

Ao sétimo dia do mês de Julho do ano de dois mil e onze, teve lugar a Assembleia-Geral Extraordinária, que reuniu na sede nacional da Ordem dos Arquitectos, no Edifício Banhos de São Paulo, na Travessa do Carvalho, n.º 23, em Lisboa, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos com a presença de quarenta e dois membros em pleno exercício dos seus direitos, sendo a Mesa constituída pelo Presidente, Arquitecto Manuel Correia Fernandes, Vice-Presidentes, Arquitectos Telmo Cruz e José António Bandeirinha, e os Secretários Nuno Sampaio e Carla Cabral, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um Aprovação da Acta da Assembleia-Geral de 26.07.2010;
Ponto Dois Discussão e Votação das Contas da Ordem dos Arquitectos de 2010;
Ponto Três Discussão e Votação do Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2011.

O Presidente passou à leitura da convocatória da reunião.

A mesa saudou os presentes, os membros dos órgãos da OA presentes, nomeadamente o Presidente do CDN. O Presidente informou que estando a Mesa constituída irá dar início à reunião, que será secretariada pela Arquitecta Carla Cabral.

O Presidente informou qual a metodologia adoptada pela Mesa para a condução da reunião que terá o seu encerramento pelas 00:00 horas. Haverá um período antes da ordem de trabalhos para informações quer dos órgãos sociais, quer dos membros da Ordem, com uma apresentação não podendo exceder os 15 minutos.

Quanto ao **Ponto Um Aprovação da Acta da Assembleia-Geral de 26.07.2010** será dispensada a leitura da acta, que foi com tempo colocada à disposição dos membros no site da Ordem, no entanto poderão ser apresentadas correcções à acta.

Ao Ponto dois **Discussão e Votação das Contas da Ordem dos Arquitectos de 2010** serão dispensados 45 minutos, sendo que 15 a 20 minutos serão utilizados pelo Conselho Directivo Nacional (CDN) para apresentação do documento, colocado à disposição dos membros no site da Ordem.

Quanto ao Ponto três **Discussão e Votação do Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2011** a Mesa propõe um período de tempo de 60 minutos e cerca de 30 minutos para apresentação.

O Presidente pediu aos colegas presentes para assinarem o livro de presenças e que aquando das respectivas intervenções façam a sua apresentação e respeitem uma regra de disciplina para a economia de tempo que permita a intervenção de todos.

Assim, o Presidente deu início ao período de antes da ordem de trabalhos pedindo aos membros presentes que queiram prestar informações que o façam.

Ricardo Rui - 19580/N informou que a sua intervenção decorre da actividade da Plataforma Maldita Arquitectura (MA), tendo feito uma breve apresentação, onde informou da publicação de *Declaração Maldita* que aborda questões laborais da profissão de arquitecto, encomenda, precariedade de trabalho, etc. e da sua apresentação em Lisboa e no Porto, dando origem a uma importante discussão, lançando outro tópico centrado na participação democrática dentro da OA e de os membros participarem e se fazerem ouvir dentro da OA.

Considera de particular importância, com o início de um novo mandato, que efectivamente existe um conjunto de obstáculos institucionais - regulamentação da OA que, impede a participação dos arquitectos. Assim, foi feito requerimento à Mesa da Assembleia Geral (MAG), ao abrigo do CPA, para incluir esta questão na próxima Assembleia Geral. A Mesa respondeu informando que não partilhava da mesma opinião sobre a inclusão desse ponto, mas que apesar de tudo estava disposto a proceder à sua

inclusão desde que tal fosse solicitado ao CDN para que este requeira a respectiva inclusão na Ordem de Trabalhos da próxima sessão da Assembleia Geral.

A MA respondeu informando não concordarem com a posição da MAG e mantendo a intenção e o pedido de inclusão do ponto “Discussão sobre o direito de participação e voto nas eleições, referendos e órgãos da Ordem dos Arquitectos.” na AG fundamentando o pedido.

A MAG respondeu considerando possível aceitar que, no período de Antes da Ordem do Dia fosse *feita uma “declaração” sobre a matéria.*

Considera que este assunto deverá ser um ponto da ordem de trabalhos de próxima reunião e a MA voltará a apresentar o requerimento.

Entende que a MAG pode acrescentar os pontos que quiser, mesmo sendo uma reunião extraordinária.

Informou que gostaria de acabar a informação e a sua declaração por um conjunto de recomendações à Mesa:

- Início de mandato, com novas práticas;
- Reunião extraordinária pode incluir outros pontos;
- Não tem havido reuniões ordinárias, assim os membros nunca terão oportunidade de propor questões para discussão, que esperam ver discutidas;
- Aprovação de orçamento de um ano que já vai a meio, o CDN está a discutir o orçamento, a 3 meses passados;
- É da responsabilidade da Mesa a convocação da AG, sendo que neste mandato já se esqueceu de convocar 2 reuniões ordinárias, pelo que propôs a alteração desta situação;
- Por último informou que a MA vai propor de novo a inclusão do ponto na ordem de trabalhos de próxima AG.

O Presidente passou a palavra ao Presidente do CDN.

O Presidente do CDN, João Belo Rodeia em resposta à anterior intervenção informou que os actuais órgãos sociais tomaram posse a 20 Dezembro e como tal não poderiam apresentar o Orçamento. Lembrou que no passado o orçamento nunca foi aprovado na data estipulada e nas outras Ordens acontece o mesmo. Tal sucede porque as direcções que tomam posse aguardam pelo Fecho de contas do ano anterior ou mesmo pelo resultado da sua revisão para poderem trabalhar os instrumentos de gestão.

É intenção da actual direcção, e tudo fará para tal, que pelo menos o Orçamento de 2012 fique pronto até Dezembro. Esclareceu que não existe qualquer problema, ou ilegalidade em trabalhar sem orçamento, trabalham por duodécimos, e a gestão será feita de acordo com esse mesmo princípio.

A Ordem tem procurado reunir com a Sociedade civil, incluindo o organismo que focou (MA).

A Ordem é uma instituição democrática, tem eleições e participam nestas quem quer. Tem um Conselho Nacional de Delegados onde estão representados os membros eleitos por outra lista.

Deixou o desafio, para que a participação, que não se faz só na Assembleia Geral, mas no dia à dia, o que tem vindo a acontecer e que espera assim continue, apesar da conjuntura.

Margarida Pinho (16807) referiu que a resposta do Presidente do CDN não é uma resposta ao problema levantado pela MA. A questão tem a ver com o sistema que está montado neste momento. Falam de democracia de base e neste sentido as pessoas não podem colocar questões à discussão.

O Presidente pediu para que não se transformasse este período, num período de debate. Recordou que cada interveniente tem 10 minutos.

João Paulo Bessa esclareceu que a ordem tem uma estrutura estatutária democrática que pode ser participada por todos. O Conselho Nacional de Delegados, do qual faz parte, é um órgão plural e aberto. Informou que tem apresentado vários assuntos ao Conselho que lhe são colocados por colegas.

Ricardo Rui esclareceu que não quis de forma alguma ofender o Presidente do CDN ou outro. Não está em questão o trabalho ou a democraticidade do Estatuto, mas sim que estes se cumpram. A democracia não é um órgão binário, a Assembleia Geral é um órgão único,

Na Assembleia Geral os membros tem o poder de colocar à discussão determinado assunto e tem o mesmo poder, que é um voto.

Esclareceu, não está a atacar os órgãos sociais ou a forma como estão a trabalhar.

Pedro Santos Costa (membro do Conselho Nacional de Delegados) falou da participação e de esta ser um problema da Ordem. De facto a maior parte dos membros estão afastados da Ordem o que se vê na participação nas Assembleias Gerais.

Referiu que estatutariamente à Mesa da Assembleia Geral compete a apreciação da actividade da Ordem. Com apenas uma Assembleia Gera por ano prevê que tal não seja feito.

Tiago Monte Pegado 7938/S referiu não ser claro o que foi dito pelo Colega (MA). Foi pedido apoio jurídico e foi dada uma resposta jurídica.

Sobre a mencionada democracia, deu o exemplo da Assembleia da República que tem um sistema democrático, e há instrumentos criados, foi com o novo instrumento da petição pública que a OA conseguiu a revogação do 73/73. Entende, existem instrumentos democráticos, com o por exemplo uma moção à mesa, existem regras de funcionamento democrático, como existe estatutariamente que 5% dos membros podem pedir ao Presidente da Mesa para convocar a Assembleia, que podem ser utilizados pelos membros da OA.

Relembrou a discussão das quotas e não quotas. Todos os sindicalizados pagam uma quotização e quem não a paga não poderá ser representado. Entende deverão discutir o assunto abertamente nos sítios próprios.

O Presidente da Mesa fez um ponto de ordem para que se cumpra a ordem de trabalhos.

Ricardo Rui referiu que os estatutos prevêem a realização de duas Assembleia Gerais por ano que não servem apenas para a aprovação do orçamento e contas e entende é importante que se use esse poder que tem a Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa informou que a troca de correspondência pode ser consultada por qualquer membro, tendo a Mesa declarado que convocará todas as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias que lhe forem solicitadas.

Informou que fica uma regra. Não há limitação de assuntos, são todos os que constam do Estatuto, para tanto basta que os associados assim o requeiram cumprindo todos os mecanismos legais.

A Mesa entende que no período duro da ordem de trabalhos deve haver discussão em torno de propostas concretas, fora isso, existem outros órgãos para a discussão.

Esclareceu que sobre o pedido de agendamento do ponto atrás referido, a Mesa deu aos signatários a possibilidade de aceitar que, no período de Antes da Ordem do Dia fosse feita uma “declaração” sobre a matéria por parte dos signatários. Sendo escrita e apresentada à Mesa com uma antecedência mínima de 48 horas, poderia ser divulgada aos membros da OA, seguida, tal como o pretendido, de discussão entre os membros presentes na Assembleia.

Concluiu referindo que a Mesa serve para introduzir pontos e não para limitar a intervenção dos membros, não diferenciando entre Assembleia Ordinária e Extraordinária. Claro que a Mesa tudo fará para que as Assembleias Gerais estatutárias se efectuem.

O Presidente deu por encerrado o período de informação, tendo passado para o **Ponto Um Aprovação da Acta da Assembleia-Geral de 26.07.2010.**

O Presidente informou que a acta é do conhecimento de todos e caso exista alguma proposta de correcção ou comentários poderão apresentar à Mesa, caso contrário colocar-se-á a acta a votação se a Assembleia considerar que não existe lugar à leitura da mesma.

A Mesa pediu dispensa da leitura da acta.

Assim, passou colocou a votação a Acta número 64 da Assembleia Geral Extraordinária de 26.07.2010, esclarecendo que se a votação for clara a mesa dispensa a contagem dos votos, caso contrário fá-lo-á.

Votação:

Contra: 0

Abstenções: 15

A Favor: restantes

A acta foi aprovada por maioria.

O Presidente passou para o **Ponto Dois Discussão e Votação das Contas da Ordem dos Arquitectos de 2010**. Relembrou que no início da reunião foi estabelecido um período de tempo de 45 minutos e 15 a 20 minutos para o Conselho Directivo Nacional apresentar o Relatório e Contas de 2010.

Assim, por indicação do Presidente do CDN passou a palavra a Miguel Judas (Tesoureiro do mandato 2008/2010) para apresentar o documento.

Miguel Judas passou à apresentação das mesmas, referindo-se num primeiro momento ao conteúdo da mesma: explicação da estrutura das contas; seguindo-se considerações sobre o balanço; a demonstração de resultados e por último uma série de dados da realidade financeira da Ordem no final de 2010 para reflexão dos presentes.

Iniciou a apresentação referido-se a adaptação à nova estrutura da contabilidade analítica (e ao Novo Plano de Contas - NPC).

Seguidamente deu conhecimento dos resultados das revisões às contas de 2007 a 2010, assinalando a passagem no período 8 para 4 reservas e de 33 a 12 notas sobre procedimentos internos.

Relativamente ao Balanço da Ordem, apresentou as alterações verificadas em 2010 relativas aos activos e ao passivo.

Sobre a demonstração de resultados, apresentou um histórico relativo aos custos, proveitos e resultados líquido desde 2001, concluído referindo-se aos ocorridos em 2010.

Sobre os gastos e perdas da Ordem informou que dizem sobretudo respeito a fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal. Sendo de assinalar a redução do primeiro e um aumento do segundo por, entre outros, horas extraordinárias e indemnizações pela finalização de contratos.

Chamou a atenção para a diversidade do contexto que rodeia cada um dos órgãos da Ordem.

Sobre os rendimentos e ganhos, referiu especialmente as quotas e a evolução das receitas não decorrentes dos membros.

Deu conta das despesas com as publicações da OA, nomeadamente, BA e JA, cujo primeiro pode chegar a um custo de 100.000 euros/anual.

Concluiu referindo alguns dados sobre a realidade financeira da OA em 2010: às quotas, nomeadamente a divergência entre o que é facturado e recebido, a origem das mesmas e as diferenças entre as cobranças a norte e a sul; a distribuição de proveitos de quotas e jóias vs Gastos e rendimentos.

Finalizou referindo-se ao que designou como o "nível zero": a correlação entre os proveitos estruturais da OA, quotas e jóias e o montante de gastos fixos.

Concluiu, apresentando o percurso dos custos, proveitos resultados do CDN. Referindo que nesta altura, em termos de despesa, este está a um nível inferior ao de 2005, tendo chegado perto do limite no que toca à redução de custos preservando a capacidade de cumprir as suas competências estatutárias.

O Presidente agradeceu a intervenção e passou a palavra à Assembleia com a duração de 15 minutos para intervir sobre a matéria apresentada.

Pedro Santos Costa apresentou o seu reparo relativamente ao atraso na apresentação das contas, não devendo desculpar-se mas evitar.

Pediu esclarecimentos sobre os prejuízos que o JA e a Trienal tiveram para a OA em 2010. Sobre a real situação financeira da OA. Quais as dívidas da Ordem, que entende nem nas contas, nem no Orçamento estão claras.

Finalmente, expressando o sentido de voto, considera que o parecer o ROC é explícito e não poderá aprovar estas contas. Ressalvou, o parecer é explícito e altamente preocupante.

Miguel Judas esclareceu a razão do atraso, que ocorreu, apesar de todos os esforços realizados para a apresentação das contas da OA à sua Assembleia Geral dentro do período estatutariamente previsto, em Abril, por o fecho das contas da OA ter sido protelado pela necessidade de incorporar as contas da Sociedade Trienal de Arquitectura de Lisboa, depois de auditadas, o que só veio a ocorrer em Junho último.

O JA em 2010 teve um resultado de 36.004 euros negativo que se prende no atraso crónico da sua publicação que faz aumentar o seu custo de expedição aos membros. Informou que relativamente à equipa anterior houve um decréscimo dos custos de perto de 40%, no entanto mantém o resultado negativo.

Sobre a Trienal, referiu que a influência da mesma é explícita nas contas: pela incorporação dos resultados da Sociedade, dado que tal como referido, se aplica o método de equivalência patrimonial; pelos suprimentos à mesma nelas registados, prestados pela SRS. O que desaparecerá com a extinção da mesma e o reembolso dos referidos suprimentos.

Relativamente ao parecer dos auditores, estes exoneraram-se das responsabilidades que o Estado venha a colocar. É uma frase tipo, mas que nada tem a ver com a bondade das mesmas.

Quanto ao endividamento relembrou que está explícito no balanço, tendo o seu valor sido referido aquando da sua apresentação. Relembrando, que decorre da soma de duas naturezas de financiamento, futura sede da SRN e Conta Corrente Caucionada do CDN, num total de cerca de 1 milhão e 100 mil euros.

Avelino Oliveira apresentou as suas dúvidas relativas às reservas do ROC, no ponto b. sobre a SRN. Referiu que no passado votou contra a reserva da nova sede do Norte, passou à leitura da reserva dos auditores relativos à SRN, informando não conseguir distinguir os valores claros da promoção em relação ao projecto da nova sede do Norte.

Miguel Judas esclareceu que a reserva de cerca de 218 mil euros tem a ver com a sede da SRN, na Rua D. Hugo. Há 2 reservas nas contas, relativas a obra do edifício sede nacional e da SRN da Rua D. Hugo.

Rafael Pereira esclareceu que relativamente ao projecto da nova sede os custos que ocorreram em 2010 dizem respeito ao projecto norte 41º, avença consultoria, avenças angariação patrocínios e estão expressos na contabilidade analítica, relativos a: avença jurídica 15 mil euros; candidatura QREN; Marac Norte 41º; angariação de patrocínios o saldo em termos de custo/receita é este. Em termos de custo de obra não há nenhum neste momento.

Avelino Oliveira recomendou que a documentação, em futuros relatórios relativos à nova sede, fosse mais explícita.

O Presidente deu por encerrada a discussão do ponto 2 e colocou as **Contas da Ordem dos Arquitectos de 2010** a votação.

Votação:

contra: 2 votos

Abstenções: 8, com declaração de voto de Ricardo Rui

As contas da Ordem dos Arquitectos de 2010 foram aprovadas por maioria.

Ricardo Rui declarou que se absteve porque considera que, apesar de louvar o trabalho apresentado pelo CDN, não se sente qualificado para o avaliar, apesar de achar que está muito bem feito.

O Presidente passou para o **Ponto Três Discussão e Votação do Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2011.**

Rafael Pereira, Tesoureiro do CDN, informou que o Orçamento de 2011 é composto por várias informações, o dossier tem 6 documentos, contendo o:

- Orçamento Geral da Ordem
- Orçamento por Conselhos, CDN, SRN e SRS;
- Orçamento detalhado, em que relativamente à informação anterior aparecem as actividades;
- Notas explicativas;
- Anexos que complementam a informação dos diversos orçamentos
 - A, investimento da Ordem para 2011;
 - B despesas com órgãos sociais
 - C custos com recursos humanos
 - D lista de actividades por item orçamental onde se enquadram as actividades programadas
- Parecer do Conselho Fiscal Nacional

O objectivo deste documento é criar uma base material para que os Conselhos consigam trabalhar e traduz o balanço entre a actividade programada e respectiva repercussão financeira, com as contingências decorrentes do actual momento económico-financeiro.

Passou à apresentação dos pressupostas para a elaboração do Orçamento de 2011:

- apresentado de acordo com o Novo Plano de Contas da OA - NPC, reflectindo uma gestão por projecto;
- Inscrição de provisão para quotas a receber no ano de 2011 de 7,5%;
- limite da despesa de investimento;
- congelamento dos salários e remunerações dos funcionários e órgãos sociais;

- cabimentação de um fundo de reserva no montante global de 15.000,00 euros;
- regularização de 10% (46.000 euros) da conta corrente caucionada do CDN.
- manutenção do valor da quota em 190,00 euros, em vigor desde 2004, assim como as taxas previstas no regulamento de inscrição;
- a manutenção da repartição proporcional das quotas cobradas em vigor desde 2004. ou seja, 35% do valor das quotas cobradas para os órgãos nacionais e 65% do valor das quotas cobradas para os órgãos regionais Sul e Norte.

Informou que o orçamento é contido e reflecte as estratégia de contenção da OA para 2011.

Passou à apresentação do Orçamento. Assim:

- Distribuição da afectação dos órgãos: CDN 39%, SRN 24% e SRS 37%. reflectido no primeiro documento do orçamento entregue à Assembleia, que explicou por rubrica.
- Comparativo Global - Real vs Orçamentado: 70% do Orçamento vem das receitas estruturais os outros 30% são angariados pela sua actividade, patrocínios, etc.
- Comparativo por Conselhos - Real 2009/2010 vs Orçamentado 2011: Mostra a evolução entre 2009 e 2010 e o que é expectável em 2011. Tem uma dotação inferior ao de 2010, com um orçamento real, realizado e de contenção.
- Receita: reflecte um certo movimento constante de resultados entre 2009 e 2011.
- Resultado do orçamento previsto é um orçamento 0, alocado à receita prevista e por actividades.
- Receita estrutural por Conselhos.

Apresentou o último quadro do orçamento - Orçamento Detalhado:

- OA proveitos 2011, com o detalhe dos projectos que permite a monitorização orçamental, por evento, etc. Permite a visualização por rubrica e percentagem orçamental.
- OA Custos 2011 - a forma como o orçamento é distribuído a maior despesa é com os custos de estrutura, Comunicação (sites, Boletim, Jornal Arquitectos), etc.
- Observações: apresentação do último quadro do orçamento e o gráfico: OA - Proveitos e Custos 2011, mostra os proveitos e custos por actividades.

Terminou a apresentação com os princípios orientadores do Orçamento e com o Parecer do Conselho Fiscal Nacional que ressalva e dá relevo a alguns dos princípios do Orçamento, que é um orçamento único da OA feito em sintonia total dos 3 Conselhos, é uma estratégia global e comum e é um orçamento que acreditam permite à OA não ficar paralisada na actual crise e na defesa dos arquitectos na actual conjuntura e a estabilidade financeira da OA.

o Presidente da Mesa agradeceu a apresentação de Rafael Pereira e informou que está aberta a discussão e o debate.

Avelino Oliveira elogiou Rafael Pereira e o CDN pela qualidade do orçamento que é muito claro e de fácil percepção. Salientou a questão do lucro apresentado com a Admissão à OA e com as quotas. Considera que a admissão não deveria dar lucro.

Ao ler o memorando da Troika existe uma rubrica relativa às admissões e à sua mudança, pelo que é aconselhável que o CDN acautele esta matéria. Deixou um elogio ao trabalho feito.

Miguel Judas referiu que com a apresentação das contas de 2010 acabou as funções relativas à componente financeira da Ordem. Referiu que o facto de não haver um plano de recuperação financeira, não vale a pena planear se não existem mecanismos de planeamento. Estes mecanismos não existiam, foi uma batalha, envolveu verbas brutais, cerca de 180.000 euros, toda a consultadoria técnica foi um custo apenas nacional, apesar de a outra ser comparticipada pelas Secções Regionais.

A estratégia que se tem implementado e que este ano se dá continuidade é de implementação de mecanismos, que permitam um planeamento e o cumprimento de metas. Quanto ao orçamento tem uma reserva, o CDN investe em questões transversais à Ordem, Há um mínimo de solidariedade, no ano de 2010 investiu-se para reduzir custos do Boletim e a Secção Regional Sul 3 meses depois informou da não comparticipação da sua parte e envio aos membros da SRS.

Paulo Pais felicitou a direcção da Ordem pela forma como apresentou o orçamento, por entender estarem a caminhar para um profissionalismo na apresentação das contas da Ordem. O clima económico não é propício para o angariar de patrocínios. Já esteve presente em direcções anteriores da OA e percebe as dificuldades com que a Ordem se debate neste momento de crise.

Apresentou uma correcção ao que foi dito, por não ser a primeira vez que é implementado um fundo de reserva na Ordem. No passado a SRS teve um fundo de reserva de cerca de 150.000 euros, que porventura foi gasto.

Margarida Pinho referiu que no anexo B - custo com eleitos verificam-se aumentos - aumentos muito grandes. Assim, queria perceber os aumentos e como são conciliados com a redução de que se falou na apresentação do orçamento.

Ricardo Rui abordou o mesmo tema dos aumentos verificados com os eleitos.

Rafael Pereira agradeceu a intervenção de Avelino Oliveira que é pertinente e cuja questão terá implicações orçamentais ao nível regional.

Quanto ao lucro da admissão, esta inicialmente já deu prejuízo. E tem a ver com a rentabilização dos custos ao nível da admissão.

Relativo à alteração das regras num futuro próximo, deu o exemplo da receita de 300 mil euros para a OA, nas certidões que eram emitidas por projecto, à cerca de 5 anos, e que terminou.

O fundo de reserva focado por Paulo Pais foi regional o que vai ser feito é um fundo de reserva entre os 3 orgãos.

A última questão da colega, é pertinente, como se interpreta, o aumento de dotação orçamental e de que forma é compatível com a estratégia de baixar os custos estruturais? Informou que este ano entrou em vigor o sistema de contribuição para a Segurança Social de senhas de presença, o que agravou as contribuições.

Existem direcções mais ou menos participativas, o que existe nesta direcção é uma maior participação dos membros.

Os valores dos Conselhos dizem respeito a valores de despesas de avença jurídica e ajudas de custo.

João Belo Rodeia informou que a opinião a nível geral é de que os valores de admissão deveriam estar mais próximos, é verdade que o sistema de admissão está em revisão e que no próximo ano estará mais próximo.

Em relação ao memorando da Troika, a passagem do documento é tudo menos clara e está a ser discutido no âmbito do Conselho Nacional das Ordens Profissionais - CNOP.

Referiu não haver qualquer tipo de actualização do valor da quota, apesar do valor diário pago não cobrir a despesa e da existência de um esforço de todos os Conselhos para um enorme rigor para reduzir a despesa.

O CDN, e poderá englobar as Secções Regionais, quanto ao Boletim está a envidar todos os esforços, para a redução dos custos, passando por um boletim digital, cujo processo se encontra em curso, com a participação das Secções Regionais. Em suma, a OA tenta otimizar o trabalho e serviços aos arquitectos.

Ricardo Rui informou estar satisfeito com o trabalho apresentado, que é transparente, com uma grande qualidade técnica, muito boa. E sendo novo consegue perceber como funciona. Elogiou o trabalho feito. Quanto á questão levantada pelo colega Avelino Oliveira e a admissão dar lucro, é uma questão político-ideológica. Entende não deverá dar lucro e muito menos custos.

Pediu informação do acréscimo para a Segurança Social e se apenas é dirigido às Ordens? se também aconteceu para os funcionários e quanto é que a Ordem fica a perder? Discorda desta lógica de sub-financiamento indirecto.

Rui Alexandre (Presidente do Conselho Directivo Regional Sul) apresentou o seu esclarecimento em relação ao Boletim e de a SRS ter resolvido não participar no boletim por considerar deverá ser mais eficaz e por ter sido essa a decisão tomada pelo CDRS. A ideia é para que este ano este seja diferente, e já estão a participar na discussão do novo modelo.

Margarida Pinho referiu continuar sem perceber o aumento dos eleitos, apesar da explicação do aumento da Segurança Social e do congelamento dos salários dos funcionários. Precisa de um esclarecimento.

Miguel Judas referiu que as taxas de inscrição associadas à formação levantam duas questões. A primeira é o nome que se arranjou para a Jóia, a segunda sustenta o processo de formação. As taxas são conceptualmente ilegais, mas só no ano passado se conseguiu perceber. Há portanto um problema objectivo e há que lidar com ele rapidamente.

Relativamente às reservas, o Estatuto diz que as reservas são constituídas .. resultados do ano anterior. ou seja mesmo que hajam resultados, nunca conseguem colocar na conta.

Os fundos que existiram e que existe na SRS não o é formalmente, trata-se de uma conta onde é colocado o dinheiro.

A mecânica adoptada é a de que se vá depositando e não se espere.

Pedro Santos Costa referiu que as previsões são um pouco optimistas, tendo em conta as contas de 2010, ano de eleições, o melhor em termos de receitas, logo a previsão de receitas é muito optimista.

Esclareceu que em 2000 e 2001 existiu um fundo de reserva, que constava das contas.

Relativamente ao Orçamento, salientou a saída de mais 2 números do JA com o prejuízo que se afigura; A distribuição das verbas entre nacional e regionais. A actual distribuição tem razões históricas e não tem que ser igual para o Sul e Norte, mas de acordo com os seus planos de actividades, que no passado era de 60/40. Deixo a questão que é incómoda em termos de órgãos nacionais e regionais, mas deverá ser feito com base em contas, e não pelo arrastar de um valor 65/35/45

Deixou um reparo relativamente aos Colégios de Especialidade, por verificar que não há proveitos, então este ano não vão funcionar é o que se infere deste orçamento o que lamenta, mais uma vez.

Tiago Monte Pegado respondeu a Pedro Santos Costa, referindo que os membros do Colégio não vão pagar quota. Há um discurso quase sempre contraditório, relativo ao trabalho vs quotas - Considera que não chegou ainda o tempo para se perspectivar o aumento de quota por considerar que há reduções a fazer.

Ainda não está contente com o orçamento. Politicamente ainda não fizeram todos o esforço nesta redução. Considera e é importante não esquecer, que o passado da Ordem não é tão positivo e também tem erros. Volta à questão da memória quando no passado existiam eleitos a receber subsídios de natal, férias, com funcionários a receber valores exorbitantes. O eleitos passaram a receber por senhas de presença e nesta altura é possível verificar-se e fazer-se a comparação e confrontar os eleitos pelos valores e o trabalho realizado.

O Presidente da Mesa passou a palavra a Rafael Pereira.

Rafael Pereira esclareceu a questão do alegado aumento dos eleitos que tem um custo acrescido para o novo código contributivo para a Segurança Social o que implica cerca de 5000 euros de custo para a Ordem. Relativamente ao pessoal os funcionários continuam a descontar o mesmo valor.

A questão da colega relativa ao anexo B, informou que, para além dos 20%, a Admissão tem a contratação de uma avença jurídica, tendo o CNA utilizado a assessoria do CDN.

Quanto à comunicação, o JA e o Boletim estão previstos darem prejuízo em 2011. O Boletim é uma mistura entre a publicação e as fichas Doma (Publicidade). Cada boletim custa 900 euros/tiragem a despesa restante tem a ver com a gráfica, designer e expedição. A OA neste momento está a estudar a possibilidade do Boletim passar a ser digital, com uma tiragem em papel, com a publicidade noutra formato.

Para o JA haverá um novo concurso.

Um dos primeiros trabalhos feitos pela actual direcção foi renegociar os contratos quer de designer, quer de expedição.

Quanto às quotas, claramente os Conselhos têm uma gestão diferenciada.

O Presidente do CDN referiu que o regulamento do Colégio de Especialidade de Urbanismo prevê a possibilidade de haver quota, mas não é forçosamente assim. Até ao final do ano deverão colocar o Colégio a funcionar.

Quanto ao JA é preciso recordar que há 3 anos atrás a situação era pior. Recordou a função do JA e do esforço feito muito grande (em 40%) para a redução de custos.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a discussão do ponto 3 e agradeceu a participação exemplar de todos e tudo fará para que a Ordem, através dos diferentes órgãos, seja mais forte, mais útil e participada.

O Presidente colocou à votação o **Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2011.**

Votação:

Contra: 1 voto

Abstenções: 5 votos

O orçamento foi aprovado por maioria.

O Presidente da Mesa, em seu nome e desta, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a sessão.

O Presidente,

O Secretário,